



RELAÇÕES HISTÓRICAS E CONCEITUAIS ENTRE A PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL E A PSICOPEDAGOGIA

Luiz Bosco Sardinha MACHADO JÚNIOR¹

RESUMO

A Psicologia Escolar e Educacional é área dedicada aos processos educativos, englobando todo o contexto escolar. A Psicopedagogia propõe intervir sobre a aprendizagem, em seus diversos aspectos. Buscamos realizar revisão bibliográfica, de caráter exploratório, para o diálogo entre as especialidades. A Psicopedagogia busca sua identidade e se encontra constituída por práticas diversas junto a questões de aprendizagem. A Psicologia Escolar e Educacional, cujo surgimento se liga ao da Psicologia Aplicada, fundamenta-se na formação ampla do currículo de Psicologia e se caracteriza como prática do profissional dessa área. Historicamente, ambas surgem juntas e se voltam às contribuições da Psicologia para a Educação.

Palavras-chave: psicologia escolar e educacional; psicopedagogia; história da psicologia.

ABSTRACT

Educational Psychology is an area dedicated to educational processes, involving whole school context. Psycho-pedagogy purposes act on learning, at its many aspects. We aimed a bibliographical exploratory review, for dialogue between those disciplines. Psycho-pedagogy searches identity, building it on a range of practices for learning issues. Educational Psychology, which origins are linked to the rise of Applied Psychology, is bases on the range of Psychology curriculum and is one of its professional skills. Historically both emerge together and seek contributions from Psychology to Education.

Key-words: educational psychology; psycho-pedagogy; psychology history.

¹Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos, Ourinhos, SP, Brasil. E-mail: professorluizbosco@gmail.com



INTRODUÇÃO

A Psicologia Escolar e Educacional e a Psicopedagogia podem se inserir nas instituições de ensino como parte de seu dia a dia, ajudando a repensar as práticas educacionais em seus mais diversos aspectos, trazendo contribuições para toda a comunidade escolar: alunos, professores, funcionários, gestão e familiares dos alunos.

O mais comum é que se atribua a ambas a função de solucionar problemas de comportamento e aprendizagem, atender a transtornos e produzir laudos. Esse entendimento é herdeiro de uma visão de psicologia clínica, que se volta apenas às questões individuais. Dessa forma, espera-se que a(o) profissional atue apenas atendendo a situações particulares, muitas vezes com o foco apenas no alunado, em problemas de aprendizagem e distúrbios neurológicos (Freitas; Tavares, Passone, 2023).

A Psicologia Escolar e Educacional conta com uma proposta de definição presente no documento “Orientações para a atuação de psicólogas/os na Educação Básica”, publicado pelo Conselho Federal de Psicologia em sua primeira versão em 2013 e que acompanhamos nos próximos parágrafos. Parte-se da compreensão do papel social da escola, que está além da transmissão de conteúdos, devendo auxiliar no desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, incluindo seus aspectos relacionais e afetivos; na formação para a participação cidadã, com ferramentas cognitivas e conceituais para o exercício do senso crítico; a construção de autonomia e de um posicionamento ético ativo; a preparação para a vida profissional e para a plena inserção no mundo do trabalho (Conselho Federal de Psicologia, 2019).

As mais diversas situações que envolvam questões relacionais, emocionais e comportamentais se fazem visíveis na escola. Ela é um espaço de socialização no qual crianças e adolescentes passam parte significativa de seu tempo e não há como simplesmente ignorar ou se eximir da responsabilidade de cuidar de tais aspectos da vida. Além das situações envolvendo a relação entre alunos, como no *bullying*, é preciso pensar também a relação destes com os professores e demais profissionais; dos profissionais de Educação entre si e com a gestão; dos atores intra-institucionais com os atores extramuros, como a família e a comunidade em seu entorno (Souza *et al.*, 2020).

Situações de conflitos familiares afetam a maneira de se estar na escola; além disso, precisamos considerar fenômenos complexos e que requerem atenção urgente quando se apresentam, como a automutilação, o suicídio, o abuso sexual, o uso de álcool e drogas,



além de situações de sofrimento mental, como a ansiedade e a depressão (Conselho Federal de Psicologia, 2019).

Não se trata de atribuir todo o encargo de formação do sujeito à escola, mas de assumir que se restringir à transmissão de conteúdos seria renegar grande parte da complexidade de pessoas em desenvolvimento e da função socializadora e humanizadora da instituição de ensino.

Saliente-se que o corpo docente também está sujeito a esse sofrimento. Os cuidados com a saúde mental do educador são parte essencial de nosso trabalho, tanto pela necessidade de contribuirmos para seu bem-estar, quanto pelos efeitos que isso possui para o processo de ensino-aprendizagem.

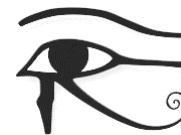
A gestão escolar pode receber tanto aportes relativos à saúde e ao desenvolvimento do trabalho dos educadores, quanto à compreensão da realidade de seu alunado, incluindo aspectos do desenvolvimento da criança e do adolescente, bem como de fatores sociais e seu impacto psicológico.

Vale lembrar, ainda, que a inclusão é aspecto central do trabalho escolar e ela passa tanto pela execução de ações específicas para os indivíduos e grupos que se busca incluir, quanto por aquelas voltadas ao ambiente escolar, como o desenvolvimento de programas de conscientização, de prevenção e combate ao preconceito e ao *bullying*, e de promoção da diversidade (Camargo, 2017).

Com essa ampla lista de possibilidades e demandas para o trabalho que envolve a Psicologia na Educação, observamos a necessidade de nos aprofundarmos na relação entre essas áreas e nas especialidades construídas a partir dessa articulação, com foco na Psicologia Escolar e Educacional e na Psicopedagogia. Ambas serão apresentadas conceitualmente, trazendo elementos de seu percurso histórico, bem como da problematização a respeito de suas definições no contexto brasileiro. Pensamos em contribuir para o debate e o aperfeiçoamento dessas importantes frentes de trabalho para a Educação, tanto enquanto práticas, quanto campos de pesquisa.

MÉTODOS

Nossa proposta é de uma pesquisa exploratória, de revisão bibliográfica. A pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com um tema (Gil, 2002), um



problema ou um fenômeno, podendo ser de interesse tanto para quem tem os primeiros contatos com uma área, quanto para aqueles que buscam atualizações a seu respeito. A revisão bibliográfica é muito comum nesse gênero de pesquisa; em nosso caso ela se dividiu em um momento não sistemático, em que a busca por referências se deu de forma flutuante, utilizando-se tanto de leituras prévias nossas, quanto do diálogo com os novos materiais levantados; o segundo momento foi sistemático, no qual optamos por buscar através do *Google Acadêmico* artigos com as seguintes combinações presentes nos títulos, com data limite no ano de 2023:

“Psicopedagogia” e “Psicologia Escolar”, com 5 resultados.

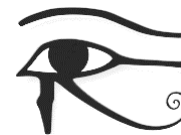
“Psicopedagogia” e “Psicologia” e “Educação”, com 1 resultado.

Primeiramente, é preciso dizer que as buscas em bases de dados especializadas foram infrutíferas, o que nos fez optar pelo buscador acadêmico da *Google*, cientes de suas limitações, como a falta de critérios para indexar artigos; descartamos publicações não acadêmicas e realizamos leitura criteriosa de cada artigo indicado. Em segundo lugar, a escolha dos termos se deve a nossa busca por artigos que explicitamente debatessem a relação entre as especialidades, no Brasil. Por terceiro, não restringir a presença dos termos ao título apresentava quantidade de artigos impossível de analisar, haja vista as estreitas relações entre as temáticas indicadas por cada palavra (virtualmente, todo artigo sobre psicopedagogia pode citar as palavras “psicologia” e “educação”).

Para a análise, fizemos um trabalho qualitativo, possível pela pequena quantidade de textos. Para trilharmos um caminho conceitual em meio às ciências humanas, valemo-nos das reflexões do Círculo de Bakhtin, que considera o estudo dos textos como a especificidade dessas ciências, pois estamos falando de um objeto que possui voz, que se expressa, produzindo sentidos sobre si mesmo e sobre o mundo (Bakhtin, 1986).

As ciências humanas não se referem a um objeto mudo ou a um fenômeno natural, referem-se ao homem em sua especificidade. O homem tem a especificidade de expressar-se sempre (falar), ou seja, de criar um texto (ainda que potencial). Quando o homem é estudado fora do texto e independentemente do texto, já não se trata de ciências humanas. (Bakhtin, 1997, p. 334).

Todo texto é único, entretanto fundamentalmente responsivo, isto é, vem como resposta a textos anteriores e abre possibilidade para novos textos. Tem um autor situado histórica e socialmente, que tece o enunciado concreto movido por uma intenção e por seus valores, tentando levar sua mensagem ao outro, que pode ser definido em maior ou menor grau.



Nos textos científicos, temos a peculiaridade de encontrarmos discursos sobre discursos (Amorim, 2002), nos quais o dialogismo é estabelecido com textos anteriores que se fazem presentes através de conceitos, alusões e citações. Os autores concretos, distantes ou não no tempo e no espaço, participam dessa corrente dialógica, através da presença de suas vozes cooptadas pelo autor.

Sem nos estendermos pelas vastas propostas do Círculo de Bakthin, trazemos esses elementos para fundamentar uma análise dialógica dos artigos aqui levantados, compreendendo-os como enunciados concretos e abordando quais relações estabelecem, tanto entre autores, quanto entre conceitos. Dessa forma, esperamos contribuir para o possível diálogo entre as especialidades ou áreas de atuação, de maneira que evoluam em direção ao melhor desempenho de seus papéis junto a sociedade.

RESULTADOS/ DESENVOLVIMENTO

Tendo sido realizada a caracterização da Psicologia Escolar e Educacional em nossa introdução, passaremos à Psicopedagogia. A seguir, abordaremos o surgimento de ambas para, por fim, realizarmos alguns apontamentos a respeito da atuação nesses campos.

Tomando como referência o Código de Ética da Profissão de Psicopedagogo, a Psicopedagogia se volta especificamente à aprendizagem. Em seu artigo terceiro consta:

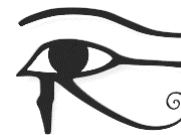
A atividade psicopedagógica tem como objetivos:

- (i) promover a aprendizagem, contribuindo para os processos de inclusão escolar e social;
- (ii) compreender e propor ações frente às dificuldades de aprendizagem;
- (iii) realizar pesquisas científicas no campo da Psicopedagogia;
- (iv) mediar conflitos relacionados aos processos de aprendizagem (Associação Brasileira De Psicopedagogia, s/d).

A menção à dedicação específica à aprendizagem e suas dificuldades também se encontra em material formativo da especialidade, como em Rossi (2010, p. 1):

A Formação em Psicopedagogia tem sido procurada por profissionais que buscam especializar-se no estudo do processo de ensino-aprendizagem e as dificuldades dele decorrentes, para atuar desenvolvendo instrumentos e se utilizando de técnicas específicas de abordagem do objeto, nos campos clínico, institucional e de pesquisa.

O foco na aprendizagem aparece bem definido também em Rubinstein (2017, p. 312): “...o psicopedagogo está preparado como o especialista em aprendizagem para acompanhar a equipe pedagógica na adequação de programas, projetos, bem como atender às questões relacionais envolvidas no contexto escolar”. Grassi (2009) fez afirmação semelhante, acrescentando que o Ensino está entre seus objetos de estudo, pesquisa e atuação.



Sobre o conceito de aprendizagem, em Rubinstein (1999, p. 24) encontramos a afirmação de que a “...aprendizagem é um processo complexo, que envolve toda uma gama de componentes”. Sinteticamente, é a incorporação de informações oferecidas pelo ambiente, a partir das necessidades e interesses do indivíduo.

Não cabe aqui elencarmos as definições apresentadas nas diversas teorias que abordam a aprendizagem. É sua complexidade que está em questão, pois ela apresenta um problema de definição para o campo da Psicopedagogia.

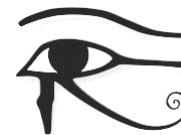
A origem da Psicopedagogia está associada à solução dos problemas de aprendizagem, segundo Bossa (2019), o que não é simples, como a autora afirma: “...há um certo consenso quanto ao fato de que ela deva ocupar-se em estudar a aprendizagem humana, porém é uma ilusão pensar que tal consenso nos conduza, todos, a um único caminho” (Bossa, 2019, p. 14). De forma semelhante, Sá (2008) afirma que não há paradigmas estabelecidos para a Psicopedagogia e que ainda há uma busca por sua identidade. Podemos falar de uma prática sem uniformidade teórica, apoiando-se na ideia de ciência inter ou transdisciplinar, com contribuições da Psicologia, da Pedagogia, da Didática, da Fonoaudiologia, da Linguística etc., mas sem encontrar um campo disciplinar próprio.

Bossa (2019) cita texto de Maluf, publicado em 1991, em que esta faz a defesa de que não seria possível diferenciar a psicologia escolar, a psicologia educacional e a psicopedagogia (não logramos encontrar o texto original). Tanto os objetos de estudo, quanto as áreas de atuação, são semelhantes. Contudo, para Bossa (2019), ainda que os termos sejam tratados como sinônimos muitas vezes, as especificidades se encontrariam na formação e na “contextualização de uma prática” (p. 10). Sua interdisciplinaridade se constituiria devido ao fato de os profissionais serem especialistas com graduação em áreas diversas, não apenas em Psicologia.

Encontramos a indiferenciação entre uma área e outra em Mascarenhas *et al.* (2009), que não apresenta definição para nenhuma delas; esse é o único texto resultante da busca com os termos “psicopedagogia” e “psicologia educacional” no título do artigo, no *Google Acadêmico*.

A busca “psicopedagogia” e “psicologia escolar” no título do artigo apontou 5 textos (Jucá, 2000; Esper; Tomei, 2020; Nunes *et al.*, 2007; Franzmann; Bonetti, 2016; Ramos, 2019).

Jucá (2000), retoma o debate que teria sido levantado pelo Conselho Federal de Psicologia, o qual haveria questionado a Psicopedagogia enquanto profissão e sua



especificidade. A autora afirma: “...podemos perceber que a Psicopedagogia parece enfatizar o problema de aprendizagem em sua literatura e atuação, isto é, o Psicopedagogo concentra-se nos aspectos individuais do processo de ensino-aprendizagem” (p. 254). A seguir, salienta que a prática da Psicologia também tem viés individualizante, inclusive nas escolas, e que a argumentação apresentada naquele momento contra a regulamentação da profissão de psicopedagogo poderia, em parte, ser direcionada à própria Psicologia. Nossas buscas pelo texto citado pela autora não lograram encontrá-lo.

Em Esper e Tomei (2020), encontramos revisão bibliográfica sobre possíveis definições para a Psicopedagogia e para a Psicologia Escolar, afirmando que os autores consultados (incluindo Jucá, por nós abordada acima) não são claros ao apresentar suas definições, “...o que pode causar inseguranças e dúvidas” (p. 217). Apontam, ainda, a interdisciplinaridade ou multidisciplinaridade como o caminho de conciliação entre as áreas/especialidades.

Nunes *et al.* (2007, p. 28) afirmam: “os objetos de estudo da psicologia da educação, da psicologia escolar e da psicopedagogia se inter-relacionam, mas faz-se necessária a delimitação de cada uma dessas áreas, visando à identificação de suas especificidades.” A partir dessa afirmação inicial, traçam o percurso histórico delas, justificando que é a partir do conhecimento de sua história que se torna possível uma visão e uma prática crítica, que não seja centrada apenas no indivíduo. A cargo da psicologia escolar estaria a análise crítica dos processos envolvidos no ensino e na aprendizagem. “O psicólogo escolar pode contribuir para a elaboração de condições necessárias para a modificação da realidade institucional de modo que a mesma seja mais comprometida com a transformação da sociedade” (Nunes *et al.*, 2007, p. 30).

Quanto à definição de Psicopedagogia, Nunes *et al.* (2007) reconhecem que não é fácil, pois diferentes autores trazem sua própria perspectiva teórica a respeito. Percorrendo alguns destes, bem como documentos sobre as atribuições do psicopedagogo, encontram-se, segundo os autores, definições que se fundamentam na preocupação com a aprendizagem e seus processos.

A indefinição de papéis traz riscos, pois acaba levando os profissionais a se adequarem àquilo que esperam deles, desvirtuando suas práticas e levando-os a caminhos que podem não ser construtivos, incluindo a patologização e a medicalização.

De maneira sintética, Nunes *et al.* (2007, p. 32) afirmam:

A finalidade básica do psicólogo escolar e do psicopedagogo na escola é ajudar a promover mudanças, tanto nos momentos da intervenção diante dos problemas que



a escola apresenta ou que nela se apresentam, como também para melhorar as condições, os recursos e o ensino, realizando a tarefa preventiva.

Já Ramos (2019) aborda a dificuldade de se definir o que seja a Psicopedagogia e elenca algumas de suas práticas no Brasil:

Resumidamente, se entende a atuação institucional como prática voltada a análises macro do sistema de educação, incluindo gerência das escolas e dos componentes curriculares. A organizacional vincula-se a atuação no local da educação propriamente dito, como a organização de suas atividades diárias, e objetivos práticos da atuação. A privado/clínico remete ao trabalho individual com o sujeito objetivando desfazer bloqueios e dificuldades individuais, com seus diagnósticos (Ramos, 2019, p. 156).

Acrescenta importante debate sobre a patologização do ensino, fenômeno no qual as dificuldades surgidas na escola são consideradas patologias e encaminhadas a profissionais da saúde para tratamento, eximindo-se, assim, a instituição escolar de repensar suas práticas.

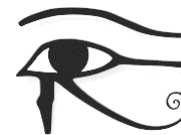
Por fim, encontramos um artigo que debate a relação entre o Serviço Social, a Educação e a Psicopedagogia, sem entrar em questões conceituais desta última. A preocupação maior está nas possibilidades de atuação do Serviço Social junto ao ensino (Franzmann; Bonetti, 2016).

Sobre o percurso histórico tomemos elementos da bibliografia surgida em nosso levantamento sistemático, bem como textos com os quais essa bibliografia trava diálogo.

O surgimento da Psicopedagogia se relaciona à busca de uma compreensão da mente infantil com suas especificidades, preocupação já presente em Rousseau. Já no século XIX, Spencer, James e Dewey buscaram estabelecer uma psicologia da criança que trouxesse contribuições para a educação, segundo Seclet-Riou (1951).

As reformas educacionais francesas tiveram papel importante no estabelecimento da Psicopedagogia. Na década de 1880, instituiu-se o ensino primário, de base ideológica liberal, com o propósito de transmitir conhecimentos bem definidos, necessários para o trabalho manual e industrial. Surge o interesse científico pela criança e seu aprendizado, buscando responder a uma tarefa que crescia em volume e complexidade. Estabelece-se a proposta da organização pedagógica fundamentada na nascente psicologia. É nesse processo que, em 1882, é publicado por Marion a primeira de suas “Lições de psicologia aplicada à educação” (Terral, 1994). Desse contexto, teria surgido os primeiros movimentos que estabeleceriam a psicopedagogia e a psicologia escolar (Loureiro, 2015).

As pedagogias liberais do fim do século XIX e início do XX questionaram o modelo tradicional de ensino, considerado focado em conteúdos e em uma relação assimétrica



entre professor e aluno. Sua proposta é de modelos que se voltem à autonomia do educando, sendo conhecidas como pedagogias ativas, por buscarem modelos de ensino nos quais o aluno não fosse mero receptor passivo (Lourenço Filho, 1978).

Essas pedagogias, particularmente a Escola Nova, buscaram na psicologia concepções e ferramentas para embasar suas ideias. Defendiam uma educação científica, que prezasse a liberdade de aprendizagem e o desenvolvimento o mais livre possível de influências externas. A função da escola seria estimular o interesse do aluno pela aprendizagem, renunciando a obrigações e punições (Lourenço Filho, 1978; Patto, 1999).

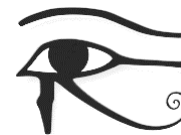
A liberdade do aluno é defendida no âmbito individual, de suas ações como pessoa privada. Esse é considerado um valor maior no pensamento liberal, que defende a ascensão social individual em detrimento da construção do bem coletivo. Tal sistema social promoveria oportunidades iguais, logo, aqueles que não ascendem devem esse fato a suas próprias falhas, não a injustiças ou à desigualdade social (Patto, 1999).

Inicialmente, para Patto (1999), havia a visão de buscar nas práticas de ensino as causas para os problemas da Educação. A aproximação com a Psicologia produziu a valorização da psicomетria e a busca no indivíduo por anormalidades que justificassem seu fracasso na escola, deslocando-se do foco na própria estrutura de Ensino.

Uma das maiores preocupações era com a possibilidade de se compreender as diferenças de cada criança, diante de um ensino que caminhava para crescente padronização: "à psicologia científica coube buscar a explicação e a mensuração das diferenças individuais" (Patto, 1999, p. 48). Para se conhecer essas diferenças, buscou-se a classificação através de exames ou testes, desenvolvidos já desde a primeira década do século XX.

Patto (1999) aponta seu uso para justificar as desigualdades do sistema escolar. Apresentado como igualitário, a única explicação aceitável para o fracasso de parte significativa do alunado seriam fatores individuais, condizente com a meritocracia da ideologia liberal.

Acrescente-se que as ciências, incluindo a Psicologia, participando desse contexto, contribuem para uma mudança sobre a compreensão da infância. Antes do século XIX, a criança era vista como adulto em miniatura ou imperfeito; passa, então, a ser encarada como indivíduo em desenvolvimento, o qual possuiria uma gênese e passaria por estágios diversos, sendo que estes deveriam ser respeitados para que o ensino fosse efetivo (Lins *et al.*, 2014).



Na virada do século XIX para o XX, as pesquisas laboratoriais sobre as chamadas funções mentais, que eram o escopo da Psicologia, passaram a interessar à Pedagogia e aos atores sociais responsáveis por pensar políticas para o Ensino. Ganha o nome de “psicologia educacional” a aplicação dos resultados das pesquisas psicológicas na Educação (Coll, 1996).

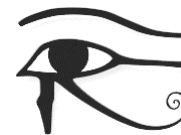
São considerados primeiros pesquisadores da psicologia educacional nos Estados Unidos da América: Cattell, pioneiro dos testes de inteligência; Hall, que levou para a ciência o termo “adolescência” e defendia que a educação deveria partir do nível de maturidade da criança; Thorndike, considerado relevante pelas suas pesquisas laboratoriais pioneiras e participação ativa na reforma educacional estadunidense, importância histórica maculada pela sua defesa da eugenia (Patto, 1999; Coll, 1996; Winfield, 2012).

Na França, Binet e Simon desenvolveram a primeira escala de inteligência em 1905. Havia grande preocupação em se determinar quais eram os alunos que não teriam as capacidades mentais adequadas à sua idade. Em 1912, Stern adiciona ao teste o quociente de inteligência, estabelecendo um parâmetro quantitativo que permite comparações simplificadas entre indivíduos, bem como estabelecer padrões populacionais. O auge desse movimento foi nos anos 1920, quando parte significativa das pesquisas na área estava voltada para o desenvolvimento da testagem, particularmente nos EUA (Patto, 1999).

Da relação entre a nascente Psicologia e a Pedagogia também surge a Psicopedagogia, que levará mais tempo a se estabelecer. Essa se desenvolve e pode ser entendida a partir de pressupostos teóricos elaborados em países de língua francesa nos quais se usa o termo Psicopedagogia em lugar de Psicologia da Educação, no sentido de que a Psicologia se liga à Educação como uma ciência auxiliar na compreensão do processo pedagógico (Sá *et al.*, 2008).

Claparède, neurologista que passa a se interessar pela Psicologia no início do século XX, cunha, em 1901, a expressão “escola sob medida”, defendendo a necessidade de a escola ser adaptada às necessidades naturais da criança. Em 1905, organizou em Genebra o seminário sobre “Psicologia Pedagógica” (Arce; Simão, 2007). Utiliza o termo “psicopedagogia” pela primeira vez em 1916 (Seclet-Riou, 1951). O princípio que norteava seu trabalho era a necessidade de se compreender a psicologia da criança para auxiliar na busca de uma educação fundamentada cientificamente (Coll, 1999).

Até cerca de 1920, a pedagogia em sua relação com a psicologia permaneceu focada em dois polos: o desenvolvimento da inteligência e a educação moral. Pesquisadores e



educadores utilizavam então “psicologia aplicada à educação” e “psicopedagogia” indistintamente (Terral, 1994, p. 111; tradução nossa). A partir dessa década que se estabelece o movimento psicopedagógico, concentrando sua prática no ensino maternal (infantil), voltada à criança enquanto indivíduo, ignorando fatores sociais (Seclet-Riou, 1951).

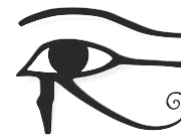
O racismo pretensamente científico, que compunha a eugenia e se apresentava desde o século XIX, esteve presente no percurso do desenvolvimento dos testes psicométricos e da universalização do Ensino. Os desvios em relação àquilo que se esperava da criança na escola eram vistos como resultantes de fatores raciais que colocavam não-brancos e não-europeus como sendo inferiores. Dessa forma, mantinha-se intocada a ideologia meritocrática, afirmando que o sistema social é igual para todos e tem bom funcionamento. Aqueles que não ascendem socialmente, não o conseguem por serem naturalmente inferiores devido à raça. Thorndike, como citamos anteriormente, era defensor da eugenia. Empenhou-se ativamente para popularizá-la nos EUA e seus princípios estiveram presentes na reforma educacional da qual fez parte (Winfield, 2012).

À eugenia se junta o higienismo, a defesa de práticas coercitivas para a disciplina do corpo e do espaço urbano, com a intenção de se controlar a população e seu suposto potencial para doenças e desordem (Cardoso; Calado, Sá, 2021). A psicologia na escola é convocada para prevenir e corrigir os intitulados “problemas de ajustamento” (Patto, 1999). Passa-se a falar de “criança-problema”, aquela que possuiria padrões desviantes, seja de inteligência, seja de comportamento e, por isso, precisaria de intervenção específica e atenção especial para que seu desvio não perturbasse o desenvolvimento e aprendizagem das crianças ditas normais.

Com os horrores da Segunda Guerra Mundial e do nazifascismo, as teorias de base racista e eugenista passaram a não ser bem-vistas. Buscam-se outras respostas para as diferenças detectadas na escola e pelas técnicas de Psicologia; as pesquisas se voltam à pobreza e às carências dela oriundas, atribuindo-lhes a responsabilidade pelas dificuldades de aprendizagem e ajustamento (Patto, 1999).

Crianças pobres apresentariam desvantagens ou dificuldades por virem de um meio em que a comunicação seria limitada e haveria pouco afeto. Seria um meio social que valorizaria uma vida sem normas, voltada à malandragem. Note-se que a questão da malandragem já aparecia na Escola Nova, conforme Patto (1999).

Ainda em 1934, Ramos havia publicado “A criança problema: a higiene mental na escola primária”, no qual, usando elementos de psicanálise, fala de como a criança se torna



um problema na escola devido a um meio familiar violento e sem proximidade de seus membros. Tratava-se da “família desestruturada”, marcada por agressão, alcoolismo, más companhias e desentendimentos entre os pais (Patto, 1999; Costa Jr., 2023). O título da obra dissemina a famigerada expressão “criança-problema”, ainda presente no imaginário escolar, muitas vezes sob a forma do “aluno-problema”.

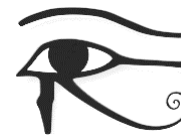
O saber psicanalítico ganha importância na psicologia educacional, ao menos no Brasil, atribuindo aos aspectos afetivos e ao meio familiar do aluno a responsabilidade pelo fracasso escolar (Costa Jr., 2023).

Entram em cena, também, as limitações de um ambiente marcado pela pobreza, que dificultariam o desenvolvimento intelectual da criança, constituindo a teoria da carência cultural, fortemente disseminada nas décadas de 1940 e 50. Mantém-se presente em nosso imaginário, apesar de já superada diante das evidências de que não há relação de causa e efeito entre pobreza e prejuízo cognitivo, sendo a defesa desta relação mais preconceituosa que científica (Patto, 1999).

Na França, o ensino passa por reformas em 1937, com o intuito expresso de democratizá-lo; propunha-se que o aluno pudesse escolher qual percurso de formação seguir, mais condizente com suas aptidões. A psicopedagogia toma forma então como orientação escolar e se fundamentaria no respeito às características psicológicas e à personalidade da criança. O contraponto a essas mudanças estava na possibilidade de se atribuir traços inatos e estabelecer um destino social, ao determinar qual formação seria a mais adequada frente a supostas aptidões individuais dos alunos (Terral, 1994).

É em 1945, com a reforma liderada por Langevin e Wallon, que a relação entre a pedagogia e a psicologia se torna oficialmente reconhecida, principalmente sob a forma de orientação escolar, que passa a ser parte do cotidiano da instituição, realizada tanto pelo educador como pelo psicólogo. Seclet-Riou, que participa desse movimento, chega a afirmar que “a psicopedagogia visa permitir a todos o desenvolvimento máximo, para que cada um possa ter o máximo de felicidade individual e de utilidade social” (Seclet-Riou, 1951, p. 95; tradução nossa).

Os primeiros centros especializados em Psicopedagogia da França são inaugurados em 1946, por Favez-Boutonnier e Mauco (Lajonquière, 2020). Com base em referencial psicanalítico, voltavam-se ao trabalho com crianças com problemas de aprendizagem, mas sem deficiências, e aquelas com problemas de conduta.



Apesar disso, Léon (1966) afirma que o primeiro trabalho propriamente dito de pesquisa em psicopedagogia teria sido publicado apenas em 1957. Para este autor, a Psicopedagogia trata das contribuições da Psicologia para o Ensino, o que não quer dizer que seja uma relação de mão única, mas de construção e desenvolvimento recíproco. Entretanto, nada disso constitui ponto pacífico, afirma Terral (1994). Haveria na Psicopedagogia uma tentativa de se ocultar contradições das diversas áreas, além da possibilidade crível de se identificar Psicopedagogia e Psicologia da Educação como a mesma especialidade.

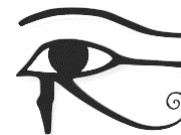
No contexto francês, tem importante papel o aporte da Psicopedagogia na formação de professores, dentro de uma concepção de reeducação psicopedagógica. Esta seria um instrumento na formação em Psicologia para os professores e para gestão da sala de aula, assim se diferenciando da Psicologia Escolar, constituindo-se como prática docente e não de um outro especialista. Dentro dessa visão, inclui as chamadas pedagogias especiais, fundamentadas em teóricos como Piaget, Bruner e Vigotsky. Como define Terral (1994, p. 118; tradução nossa), a Psicopedagogia aí se define como “disciplina que utiliza com fins pedagógicos as contribuições da psicologia – disciplina na qual o objeto privilegiado de estudo será o sujeito na educação”.

É possível que a atribuição da orientação psicopedagógica como função privativa do psicólogo no Brasil, na regulamentação da profissão em 1962 (Brasil, 1962), tenha sua origem na forma como se desenhou a presença da Psicopedagogia no Ensino francês. Entretanto, essa afirmação carece de investigação e fica registrada a título de hipótese.

Lajonquière (2020) defende que a Psicopedagogia não teve desenvolvimento tão intenso na França, apesar da continuidade dos trabalhos dos centros fundados a partir de 1946. Já no Brasil e na Argentina, proliferou a partir da década de 1970 e se mantém com grande disseminação, apesar das imprecisões em sua definição, segundo o autor francês.

A psicopedagogia se estabelece no Brasil a partir de práticas trazidas por psicopedagogos argentinos, que atuavam de maneira pontual (Ramos, 2019). O mesmo é apontado por Rubinstein (1999), mas situando como sua precursora a pedagogia relacional da linguagem, do francês Chassagny.

Nesse mesmo período (anos 1970), no âmbito da Psicologia Educacional, a ênfase recai nas diferenças culturais existentes entre a criança pobre e a escola. Critica-se a instituição voltada para uma cultura de classe média e que vê a criança a partir de limitações de sua formação familiar. Adota-se a postura de questionar as desigualdades sociais e como as escolas são reprodutoras destas.



Em 1980, é fundada a Associação Estadual de Psicopedagogos de São Paulo, primeira organização representativa dos profissionais de Psicopedagogia no Brasil, sendo considerada um marco no estabelecimento da profissão, bem como de sua evolução teórico-metodológica construída ao longo dessa década e da seguinte (Burlamaqui, 1999).

Já na década de 1990, ganha espaço a discussão em torno da medicalização do ensino, fenômeno que coloca comportamentos não desejados na escola e dificuldades de aprendizagem sob a alçada de práticas médicas, principalmente com o uso de medicação. Essa postura se amplia na patologização, na qual entram outras profissões, como a de psicólogo e psicopedagogo, ao restringirem problemas complexos do ensino ao âmbito das questões individuais, constituindo uma prática restrita a testes, diagnósticos e encaminhamentos (Collares; Moyses, 1994).

Busca-se, assim, corrigir supostos problemas, depositando-se a responsabilidade para sua resolução no saber médico, psicológico e psicopedagógico, sem considerar a complexidade do processo ensino-aprendizagem, bem como fatores institucionais e sociais envolvidos. Não se intervém na escola e no ensino, apenas no aluno, individualmente, considerando-o como possuidor de transtornos e alterações neurológicas (Esper; Tomei, 2019).

Essa problemática é, hoje, o nó górdio das áreas aqui em discussão, pois o que comumente se espera desses profissionais é que apenas deem solução para situações que incomodam ou perturbam o cotidiano escolar, sem dar espaço para debates mais profundos sobre o papel da escola e o que é realmente importante para a aprendizagem e para o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A separação entre psicologia educacional, considerada área voltada à investigação teórica, e psicologia escolar, compreendida como a prática profissional no contexto escolar, ainda que suscite debates, caiu em desuso. Deve-se mais ao contexto histórico do surgimento e, hoje, se considera que é impossível diferenciar completamente uma da outra. Ratifica esse posicionamento o reconhecimento pelo Conselho Federal de Psicologia, em 2007, como uma única especialidade (Conselho Federal de Psicologia, 2007).

A Psicologia Escolar e Educacional, bem como a Psicopedagogia, geralmente associadas a “resolver” problemas de aprendizagem, são áreas amplas. Considere-se que o processo de ensinar e aprender é constituído por um conjunto complexo de estruturas e ações



que se desenrolam dentro do contexto escolar, ou o tendo como seu eixo central. Não se trata somente de crianças e adolescentes sob a obrigação de aprender conteúdos. Fazem parte elementos como as relações entre os atores institucionais, bem como os processos de gestão e as estruturas ideológicas aí refletidas e refratadas, isto é, das quais a escola é produto, mas também produtora.

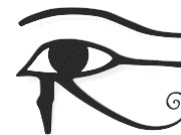
Rubinstein (1999) afirma que o foco da Psicopedagogia não está nas limitações dos alunos, nem em suas deficiências, mas na aprendizagem e na relação do sujeito com seu processo. Atuar apenas junto às dificuldades e transtornos foge de seu propósito e pouco contribui para a realidade escolar. Entretanto, não é esse o caminho que se tem trilhado, permanecendo a Psicopedagogia em busca de uma identidade.

Burlamaqui (1999) aponta a psicologização das práticas da Psicopedagogia, devido à busca em abordagens individualizantes da Psicologia, que já vinham sendo problematizadas dentro desta mesma Ciência. No campo da Psicologia Escolar e Educacional, já se firmava a busca da superação do modelo intitulado clínico, voltado ao indivíduo, ao diagnóstico e ao tratamento de patologias.

A Psicopedagogia permaneceu afeita a essa abordagem. Mesmo que se distinga entre clínica e institucional, tem sido apontada como curativa, voltada aos problemas individuais de aprendizagem, enquanto a Psicologia Escolar e Educacional trabalharia no âmbito preventivo, junto à instituição (Barbosa, 2024). Essa segmentação das práticas parece ser a vigente, mas demanda estudos, inclusive junto aos profissionais, para sua melhor compreensão.

Concordamos com Lajonquière (2020) de que a Psicopedagogia no Brasil se situa na fronteira entre o Ensino e a Psicologia, apresentando disparidades e imprecisões, com uma atuação profissional que pode ser, até mesmo, controversa, por não se situar nem no lugar do pedagogo, nem do psicólogo clínico, ainda que venha a fazer, de forma similar, ambos papeis.

Essa imprecisão traz riscos. Considerando a amplitude e complexidade do trabalho, não podemos deixar de citar a diferença de formação entre um psicólogo que atue junto à Educação e um profissional de outra área, com especialização em psicopedagogia. A Psicologia no Brasil possui um currículo mais generalista e se aprofunda em elementos que a especialização em psicopedagogia já não aborda, ou o faz de maneira breve. Essa disparidade não pode ser ignorada se realmente consideramos as profissões aqui abordadas como indispensáveis para que o ensino cumpra seu propósito e vale ser abordada em outra ocasião.



De qualquer forma, os(as) profissionais não podem se colocar na posição de alguém que detém um saber superior ao dos demais, sob risco de ser apenas mais um a transmitir conteúdos e a manter os alunos em posição passiva e os educadores como meros reprodutores ou depositários de informações. A comunidade escolar conhece sua realidade e tem seus processos próprios para lidar com ela. O constante diálogo com os saberes aí constituídos é o que conduz a uma postura libertadora (Freire, 1987), na qual o aprendizado é considerado vivo e as pessoas podem estabelecer sua autonomia e se desenvolverem plenamente.

Jamais podemos assumir a postura de quem “possui as respostas” e está ali para corrigir o trabalho dos educadores ou os “desvios” dos alunos; estamos presentes para contribuir através do diálogo, aportando o conhecimento específico da nossa especialidade.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Marília. Vozes e silêncio no texto de pesquisa em ciências humanas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 7-19, jul. 2002. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/JT94p9qQ37CPdP8b7sQ9vmJ/> Acesso em: 10 out. 2025.

ARCE, Alessandra; SIMÃO, Rosimeira. A psicologia da criança e a pedagogia funcional de Edouard Claparède e a pedagogia dos jardins de infância de Frederich Froebel:

continuidades e rupturas no pensamento de dois autores defensores de uma escola progressista. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 28, p. 38-56, dez. 2007.

Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5022/art03_28.pdf Acesso em: 10 out. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA. **Documentos e referências:**

código de ética do psicopedagogo. Disponível em: https://www.abpp.com.br/wp-content/uploads/2020/11/codigo_de_etica.pdf Acesso em: 03 abr. 2022.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2. ed. Tradução de Maria Ermantina Galvão Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Coleção Ensino Superior).

BAKHTIN, Mikhail. **Speech genres and other late essays**. Tradução de Vern W. McGee. Austin: University of Texas Press, 1986.



BARBOSA, Fernando Pereira dos Santos. Fundamentos e princípios teóricos da psicopedagogia institucional em parceria com a psicologia escolar e educacional: prevenção e intervenção dos problemas e dificuldades de aprendizagem. **Epitaya Ebooks**, v. 1, n. 60, P. 207-222. Disponível em:

<https://portal.epitaya.com.br/index.php/ebooks/article/view/1026/881> Acesso em: 10 out. 2025.

BOSSA, Nadia A. **A psicopedagogia no Brasil**: contribuições a partir de uma prática. 5a. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 4.119, De 27 De Agosto De 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14119.htm Acesso em: 10 out. 2025.

BURLAMAQUI, Fátima Regina R. Em questão a Psicopedagogia na Escola. **Intermeio**: Revista do Mestrado em Educação, Campo Grande, v. 5/7, n. 9/13, p. 4-15, 1999/2001.

Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/article/view/2636/1940> Acesso em: 09 out. 2025.

CAMARGO, Eder Pires de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. **Ciênc. Educ.**, Bauru, v. 23, n. 1, p. 1-6, 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ciedu/a/HN3hD6w466F9LdcZqHhMmVq/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 11 ago. 2025.

CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim; CALADO, Eiana Aldo de Freitas; SÁ, Nirvana Lúgia Albino Rafael de. Higienismo e educação escolar na cidade da Parahyba durante a Primeira República. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 64, p. 255-268, jan. 2021.

Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-03052021000100255 Acesso em: 10 out. 2025.

COLL, Cesar. **Psicologia e Educação**: aproximação aos objetivos e conteúdos da psicologia da educação. In: COLL, C; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (orgs.). Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 7-21

COLLARES, Cecília; MOYSÉS, Maria. A Transformação do Espaço Pedagógico em Espaço Clínico (A Patologização da Educação). In: FUNDAÇÃO PARA O



DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (org.) **Cultura e Saúde na Escola**. São Paulo: FDE, 1994. (Série Idéias, 23).

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para atuação de psicólogos(os) na educação básica**. 2ª ed. Brasília; CFP, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP N.º 013/2007. Institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro. Disponível em:

https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/Resolucao_CFP_nx_013-2007.pdf

Acesso em: 08 out. 2025.

COSTA JR., José dos Santos. Arthur Ramos e a Criança Problema: Conexões Entre a Psicanálise e Educação Nas Tecnologias Da Correção. **Revista História da Educação** (Online), v. 27. p. 1-29, 2023. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/heduc/a/4mQmyGT6FCbVG967vG6p5jz/?format=pdf&lang=pt>

Acesso em: 08 out. 2025.

ESPER, Marcos Venicio; TOMEI, Alzira Jorri. Saúde mental na escola psicopedagogia ou psicologia: digladiar ou harmonizar? **Constr. Psicopedagog**, São Paulo, v. 27, n. 28, p. 84-86, 2019. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542019000100008

Acesso em: 10 out. 2025.

FRANZMANN, Neusa Mendonça; BONETTIL, Joelma Crista Sandri. O trabalho interdisciplinar: serviço social, psicologia e psicopedagogia na unidade escolar. **Revista Maiêutica**, Indaial, v. 3, n. 1, p. 95-104, 2016. Disponível em:

https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/SES_EaD/article/view/1516 Acesso em: 10 out. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª. Ed. São Paulo: Sol, 1987.

FREITAS, P. Oliveira de; TAVARES, V. dos Santos; PASSONE, E. Ferdinando. O psicólogo perante a queixa escolar: um estado da arte no contexto educacional. **Revista Educar Mais**, [S. l.], v. 7, p. 649–664, 2023. DOI: 10.15536/reducarmais.7.2023.3354. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/3354>.

Acesso em: 8 out. 2025.



GRASSI, Tania Mara. **Psicopedagogia**: um olhar, uma escuta. Curitiba: Editora Ibpx, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4a. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JUCÁ, Margareth R. B. Lima. Síndrome de Caim: Psicologia Escolar, Psicopedagogia e o “fracasso escolar” como mercado de trabalho. **Estudos de Psicologia**, vol. 5, n. 1, p. 253-260 253, 2000. Disponível em :

<https://www.scielo.br/j/epsic/a/LJK8cjGNczkJDSG9LMMkk3m/?format=pdf&lang=pt>

Acesso em: 10 out. 2025.

LAJONQUIÈRE, Léandro de. Pour une clinique de l’apprendre entre connaissance et savoir.

Cliopsy. Revue électronique. Paris, n. 24, p. 89-105. Disponível em :

[https://www.revuecliopsy.fr/wp-content/uploads/2020/10/RevueCliopsy24-](https://www.revuecliopsy.fr/wp-content/uploads/2020/10/RevueCliopsy24-Lajonqui%C3%A8re-089.pdf)

[Lajonqui%C3%A8re-089.pdf](https://www.revuecliopsy.fr/wp-content/uploads/2020/10/RevueCliopsy24-Lajonqui%C3%A8re-089.pdf) Acesso em: 10 out. 2025.

LÉON A. Psychologie et action éducative: la notion de psychopédagogie. **L'année psychologique**. Vol. 66, nº2. p. 461-474, 1966. Disponível em

https://www.persee.fr/doc/psy_0003-5033_1966_num_66_2_27526 Acesso em: 04 abr. 2022

LINS, Samuel Lincoln Bezerra *et al.* A compreensão da infância como construção sócio-histórica. **CES Psicología**, Medellín, vol. 7, n. 2, p. 1-12, jul-dez. 2024. Disponível em:

http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2011-30802014000200010

Acesso em: 10 out. 2025.

LOUREIRO, Clarice Moukachar Batista. “É possível uma educação para a paz?": a psicologia nas discussões sobre uma pedagogia pacificadora entre 1927 e 1934 na Europa. 2015. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Introdução ao Estudo da Escola Nova**. Bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea. 12ª. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

MASCARENHAS, Sueli *et al.* Condições de estudo para universitários: desafios da psicopedagogia e psicologia educacional do ensino superior no interior do Amazonas.

EDUCamazônia, Vol. 2, Nº. 1, págs. 1-11, 2009. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4001806.pdf> Acesso em: 10 out. 2025.



RAMOS, Phagner. Psicologização escolar: O lugar da psicologia e da psicopedagogia.

AMAzônica, v. 23, n. 2, 2019. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7885338> Acesso em: 07 abr. 2022.

ROSSI, Maria de Fátima Seixas Ferreira. **A Formação em Psicopedagogia e o Código de Ética**. Disponível em:

https://arquivos.cruzeirodosulvirtual.com.br/materiais/disc_2010/2sem_2010/mat_grad_psicopedag/unidade3/texto_teorico_III.pdf Acesso em: 03 abr. 2022.

RUBINSTEIN, Edith. Psicopedagogia, psicopedagogo e a construção de sua identidade.

Revista psicopedagogia. [online]. V. 34, n. 105, p. 310-319, 2017. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v34n105/08.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2022.

RUBINSTEIN, Edith. Da reeducação para a psicopedagogia, um caminhar. In

RUBINSTEIN, E. (org.) **Psicopedagogia: uma prática, diferentes estilos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

SÁ, Márcia Souto Maior Mourão. *et al.* **Introdução à Psicopedagogia**. 2a. ed. Curitiba: Iesde Brasil S.A., 2008.

TERRAL, Hervé. La Psychopédagogie: Une Discipline Vagabonde. **Revue Française de**

Pédagogie, no. 107, Ecole normale supérieure de Lyon, 1994, pp. 109–21. Disponível em:

<http://www.jstor.org/stable/41200434> Acesso em: 07 abr. 2022.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar**. Histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

SOUZA, Joelson Carvalho. A influência das emoções no aprendizado de escolares. Rev.

bras. Estud. pedagog., Brasília, v. 101, n. 258, p. 382-403, maio/ago. 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbeped/a/WrmrbPH4J5nySswTBqCMKmR/?format=pdf&lang=pt>

Acesso em: 09 out. 2025.

WINFIELD, Ann G. Resuscitating Bad Science: Eugenics Past and Present. In WATKINS,

W. H. (org.) **The Assault on Public Education**. Nova Iorque: Teachers College Press,

2012. Disponível em

https://docs.rwu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1021&context=sed_fp. Acesso em 26 jul. 2020.